

Haddad estima déficit maior este ano, mas mantém meta para 2024

CONTAS PÚBLICAS

ROMBO DE R\$ 130 BI

Haddad admite resultado pior neste ano, e diz que vai insistir no déficit zero em 2024

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@globo.com.br
BRASÍLIA

A uma semana do fim do ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que 2023 terminará com o déficit nas contas públicas acima do que ele próprio prometera. Ao apresentar em janeiro um pacote de medidas para ajustar as contas, Haddad afirmou que o rombo fiscal seria inferior a R\$ 100 bilhões. Ontem, em encontro com jornalistas, disse que o valor será de R\$ 130 bilhões a R\$ 140 bilhões, ainda assim abaixo das previsões oficiais do próprio governo. O número mostra o desafio do ministro para 2024: zerar o déficit, ou seja, igualar as receitas e as despesas federais. Haddad afirmou que vai perseguir essa meta e, se for necessário, pode apresentar novas medidas fiscais.

— O déficit estimado para 2023 feito pelo governo anterior já estava em torno de R\$ 130 bilhões. É preciso registrar esse fato porque isso é um dado da realidade. E é isso que vai acontecer — disse.

Oficialmente, o governo prevê um rombo de R\$ 177,4 bilhões neste ano, de acordo com dados atualizados até outubro. Para cálculo oficial da meta, feito pelo Banco Central (BC), o rombo é ainda maior, de R\$ 203,4 bilhões. Os números do fechamento do ano serão divulgados em janeiro.

Para garantir o déficit zero em 2024, o governo encaminhou e conseguiu aprovar uma série de medidas no Congresso Nacional.

— Vamos continuar perseguindo (o déficit zero) — disse, acrescentando que novas ações podem ser feitas para atingir a meta. — Vamos acompanhar a evolução no ano que vem, dialogando com Judiciário e Legislativo para ir corrigindo o rumo.

Em agosto, quando apresentou o Orçamento, a pre-



Balanco do ano. Haddad reuniu a imprensa em café da manhã no qual garantiu que buscará zerar o déficit em 2024 e disse que pode adotar novas medidas

Q “O déficit estimado para 2023 feito pelo governo anterior já estava em torno de R\$ 130 bilhões”

“Vamos continuar perseguindo (o déficit zero)”

“O remédio para cortar inflação é a redução dos juros, por incrível que pareça”

“O presidente do Banco Central estava ontem (quinta-feira) comendo churrasco com a gente”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

visão era que seria necessário um aumento de receitas de R\$ 168 bilhões para chegar ao equilíbrio entre arrecadação e despesas. Agora, com as medidas aprovadas, o ministro não fez novas estimativas, mas afirmou que os textos estão em linha com as estimativas do governo.

— Os projetos que foram aprovados estão coerentes com a previsão de receitas que foram encaminhadas, com exceção da de JCP (juro sobre capital próprio).

O JCP é uma forma de distribuir lucro ao acionista da empresa, com benefício tributário para a companhia. Inicialmente, o governo propôs acabar com ele. Com resistências no Congresso, a Fazenda cedeu e aceitou apenas fechar brechas para garantir que o JCP seja distribuído apenas sobre o lucro real. O impacto inicial, de R\$ 10 bilhões, foi praticamente anulado. O governo pretende apresentar em janeiro uma compensação.

O Congresso ainda aprovou a medida provisória (MP) que aumenta os impostos federais para empresas que têm benefício de ICMS (imposto estadual), com o qual a Fazenda espera arrecadar R\$ 35 bilhões. E a taxação das empresas de apostas esportivas, que deve superar R\$ 10 bilhões.

CRÍTICA NÃO É PESSOAL
Antes, já havia alterado o sistema de votos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o tribunal da Receita Federal. Outra medida que poderia aumentar a arrecadação ainda está em estudo: aumentar o imposto de importação para compras internacionais acima de US\$ 50, zerado desde agosto.

Haddad disse que há uma evolução positiva de indicadores econômicos no Brasil em 2023, com exceção do investimento privado, que ele considerou como “única variável preocupante”. Relacionou isso à taxa de juros, e disse que o afrouxamento mo-

netário pelo BC tem que continuar. Depois de manter os juros em um pico de 13,75%, o Banco Central iniciou em agosto um ciclo de cortes que já reduziu a Selic em 2 pontos percentuais, para o atual nível de 11,75% ao ano, sinalizando mais cortes de 0,5 ponto à frente.

O ministro disse que o aumento de investimentos levará ao incremento da oferta de produtos, o que reduziria a pressão inflacionária no médio prazo.

— O remédio para cortar inflação é a redução dos juros, por incrível que pareça.

Alvo constante de críticas do governo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, participou na noite de quinta-feira do churrasco de confraternização promovido pelo chefe do Executivo na Granja do Torto.

— O presidente do Banco Central estava ontem (quinta-feira) comendo churrasco com a gente. Foi ótimo. Ele foi

convidado pelo presidente. Não é a primeira vez. Ele já foi lá no Palácio do Planalto. Foi convidado para ir no (Palácio da) Alvorada (residência oficial do presidente da República) quando ele quisesse — afirmou Haddad, acrescentando que as cobranças por uma redução na Selic não significam uma crítica pessoal.

Segundo ele, o presidente do BC cumpre seu papel quando dá recados na linha de que o governo precisa cuidar da trajetória das contas públicas:

— Quando a gente discute um tema econômico, não estamos fazendo críticas mútuas. Quando ele (Campos Neto) fala ‘o fiscal tem que melhorar’, ele não está criticando a mim.

No mesmo dia que o Congresso aprovou o Orçamento, Haddad disse que a criação de cada vez mais despesas obrigatórias ou impositivas na proposta orçamentária gera uma realidade desafiadora para o governo.

Deputados e senadores direcionaram R\$ 16,6 bilhões para emendas de comissão no próximo ano, elevando o total sob controle dos congressistas para R\$ 53 bilhões. A maior parte é de emendas impositivas.

— Ninguém quer criar uma crise entre os Poderes, mastemos que, evidentemente, lidar com essa realidade, que é desafiadora. Não digo isso como uma crítica, não — disse.

MERCADO DE CARBONO

Haddad defendeu a inclusão do agronegócio no mercado de crédito de carbono, aprovado pela Câmara e que voltará para análise do Senado — o foco do projeto é a indústria.

— Seria importante para o próprio setor estar incluído. Mas essa é uma visão pessoal nossa que não foi atendida pelos parlamentares. Acredito que no curto prazo essa visão vai ser revista pelo próprio setor, porque é benéfico para o setor estar incluído.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13